

O PÚBLICO E O PRIVADO EM WITTGENSTEIN. DA DEFINIÇÃO OSTENSIVA AOS JOGOS DE LINGUAGEM

Rafael Britto *

Resumo: O presente artigo intenta fazer um estudo, dos principais momentos, do desenvolvimento filosófico de Wittgenstein. Tomando os conceitos de “público” e “privado” como fios condutores, pretendemos mostrar de que maneira sua filosofia desenvolveu-se em direção a uma visão cada vez mais atenta ao caráter eminentemente público da Linguagem, e, por conseguinte, da produção e compreensão de sentido.

Palavras-chaves: Público, privado, definição ostensiva, jogos de linguagem.

Abstract: The present article attempts to do a study on the main moments of Wittgenstein's philosophical development. Taking the concepts of “public” and “private” as paths, we intend to show how his philosophy developed towards a more attentive vision of the eminently public character of Language and, consequently, of production and understanding.

Key-words: Public, private, ostensive definition, language games.

I Introdução

A filosofia de Wittgenstein mudou profundamente desde a elaboração do *Tractatus lógico-philosophicus* até atingir sua forma final nas *Investigações filosóficas*. O presente artigo tem por objetivo investigar esta evolução conceitual. Partindo da hipótese de que

* Mestrando em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará. Bolsista Funcap.

a filosofia de Wittgenstein desenvolve-se em direção a uma concepção, cada vez mais atenta ao caráter necessariamente público da linguagem. Tentaremos explicitar como os conceitos, de público e privado, são fundamentais para a compreensão dos momentos decisivos de seu desenvolvimento filosófico e de sua filosofia como um todo.

O texto estruturar-se-á da seguinte maneira: I) Apresentação das concepções centrais do *Tractatus*, mostrando o caráter privado de sua concepção de linguagem; II) Exposição das principais idéias contidas nas *Investigações filosóficas*, mostrando de que maneira, Wittgenstein passa a encarar a linguagem como eminentemente pública. Neste segundo momento, começaremos por apresentar as críticas de Wittgenstein às concepções tractatianas da linguagem, mostrando de que maneira ele as rejeita considerando-as limitadas e inadequadas, por estarem presas a uma visão privada da linguagem. Por fim, os conceitos de ‘Jogo de linguagem’ e ‘Linguagem privada’ serão apresentados, concluindo o texto, assim, mostrando o caráter necessariamente público concedido à linguagem na última fase da filosofia de Wittgenstein.

II O *Tractatus* e o caráter privado das definições ostensivas

Wittgenstein parte da definição do mundo como a totalidade dos fatos.¹ Estes, por sua vez, constituem-se de uma conexão de objetos simples.² Os objetos simples são, portanto, os componentes básicos do mundo, que podem se combinar entre si de modos variados a fim de compor os fatos. Esta possibilidade de combinação dos objetos, uns com os outros, é determinada pelas propriedades internas dos objetos. Ora, sendo o mundo a totalidade dos fatos, e os fatos, por sua vez, compostos de objetos, o limite do mundo seria

¹ Wittgenstein, L. *Tractatus Lógico-Philosophicus*, 1.1 (citado de acordo com a notação decimal wittgensteiniana das proposições).

² Idem, 2.01.

traçado levando-se em consideração o conjunto completo de possibilidades destes objetos se agruparem em fatos.

Em uma linguagem cuja forma lógica é explícita, como a que é proposta no *Tractatus*, por exemplo, cada objeto simples é representado por um nome,³ e, à combinação destes nomes, de maneira que não viole a natureza dos objetos que eles representam, Wittgenstein chama proposição. Entretanto, a relação entre a linguagem e o mundo não é tão isenta de dificuldade como somos rotineiramente levados a crer. Sabemos que, na concepção tractatiana, a linguagem é um traje que disfarça o pensamento.⁴ Disfarce este tão bem elaborado, que não nos permite perceber através da forma exterior do traje (a linguagem), a forma do pensamento que lhe subjaz. Este ocultamento do pensamento pela linguagem não é acidental, uma vez que a linguagem é constituída exatamente para esconder a forma lógica do pensamento, assim como o propósito da fantasia é tornar irreconhecível a forma do corpo. Chegamos assim, à elaboração da concepção central de filosofia desenvolvida no *Tractatus*: “Toda filosofia é ‘crítica da linguagem’(...). O mérito de Russell é ter mostrado que a forma lógica aparente da proposição pode não ser sua forma lógica real”.⁵

É preciso que entendamos, adequadamente, o que significa definir a filosofia como crítica da linguagem. A este respeito temos uma passagem esclarecedora de Margutti Pinto:

Em que consiste, todavia, a crítica da linguagem? O que constitui o seu objeto de estudo? Já sabemos que a ‘crítica’, em sentido Kantiano, exige um objeto definido, um determinado *analysandum*, que é assumido como o dado fundamental a partir do qual serão deduzidas as condições transcendentais de possibilidade. No caso específico do *Tractatus*, esse objeto determinado é a proposição. A crítica tractatiana da lingua-

³ Idem, 3.22. O nome substitui, na proposição, o objeto.

⁴ Idem, 4.002.

⁵ Idem, 4.0031.

gem se reduz a uma “crítica da proposição”.⁶

No caso da filosofia crítica de Kant, a resposta à questão acerca da possibilidade e dos limites do conhecimento humano foi buscada na subjetividade. Dadas nossas capacidades subjetivas de representação e constituição de conhecimento, estariam traçados os limites de nosso conhecimento teórico, com base na elucidação epistemológica da natureza de nossas faculdades. Wittgenstein, por sua vez, considera esta resposta, situada no âmbito da epistemologia, pouco satisfatória.⁷ Ao invés disso, busca situar a solução do problema em um terreno mais elevado de abstração: a lógica.

A crítica epistemológica das faculdades subjetivas do conhecimento cede lugar a uma crítica lógica que, apoiada numa caracterização da forma essencial da proposição que pretende fazer total abstração da natureza do sujeito que representa, ocupa-se unicamente da determinação das condições objetivas de instituição de uma relação de representação entre um símbolo proposicional e algo mais.⁸

Wittgenstein busca, assim, através da análise da linguagem, encontrar a estrutura essencial da proposição e, desta forma, estabelecer a estrutura essencial do mundo. Para tanto, parte da pressuposição que “Especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda descrição e, portanto, a essência do mundo”.⁹ Pensamos o mundo, isto é um fato. Mas em que consiste esta relação entre pensamento e mundo? O que a torna possível? Estamos, aqui, sem dúvida, diante de uma variante da teoria correspondencial da verdade.¹⁰ Para solucionar tal problemática, Wittgenstein

⁶ Pinto, P. R. M. *Iniciação ao silêncio*. Análise do *Tractatus* de Wittgenstein, p. 145.

⁷ Wittgenstein, L. *Tractatus Lógico-Philosophicus*, 4.1121.

⁸ Santos, L. H. L. dos. A essência da proposição e a essência do mundo. In: *Tractatus Lógico-Philosophicus*, p. 17.

⁹ Wittgenstein, L. *Tractatus Lógico-Philosophicus*, 5.4711.

¹⁰ Oliveira, M. A. de. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*, p. 101.

formulará a teoria da figuração do mundo. Esta teoria é muito complexa, mas para os propósitos deste artigo será suficiente delinear-lhe os traços de forma bastante alusiva.

Partindo da constatação de que o mundo é representado pelo pensamento, é preciso estabelecer o que existe de comum entre estas duas instâncias.¹¹ Isto porque, qualquer representação é dependente da existência de algo em comum, entre o representante e o representado, que torne possível o estabelecimento da relação representativa. No âmbito da teoria figurativa, a forma lógica¹² é o denominador comum que possibilita a representação, ou a afiguração, do mundo pelo pensamento. O pensamento, que é uma proposição com sentido, partilha com o mundo a mesma forma lógica, assim, o cerne da questão se resume na explicitação lógica do sentido da proposição.

A proposição é composta de elementos que, ao se combinarem, lhe possibilitam afigurar a realidade. Em uma linguagem completamente analisada, cada elemento da proposição representa um objeto da realidade. A combinação destes nomes na proposição representa a combinação de objetos no estado de coisas. Há um isomorfismo entre a forma lógica, na qual a proposição se estrutura, e a forma lógica como os objetos se concatenam na realidade. Lembremos aqui, que a definição de mundo dada no início do *Tractatus* respeita este isomorfismo. Como vimos acima, o mundo é a totalidade dos fatos, não a totalidade das coisas, assim como a unidade mínima de significação não é o nome (que designa objetos), mas a proposição (que descreve fatos). Em suas palavras: “Só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado”.¹³

Deste isomorfismo não devemos concluir apressadamente que, apenas a análise lógica da proposição seria suficiente para nos

¹¹ Wittgenstein, Ludwig. *Tractatus Lógico-Philosophicus*, 2.161.

¹² Idem, 2.18,2.2.

¹³ Idem, 3.3.

permitir detectar sua verdade ou falsidade. Que a estrutura da proposição deva se adequar aos limites da forma lógica que partilha com a realidade, é apenas uma condição necessária, mas não suficiente para se decretar sua verdade ou falsidade.¹⁴ A análise da proposição pode nos levar, no máximo, até as fronteiras de seu sentido, uma vez que “O que a afiguração representa é o seu sentido”,¹⁵ mas não até o seu significado. Há um segundo pré-requisito, também é necessário que os elementos da proposição tenham uma referência no mundo. Ora, se a proposição representa um fato, é mister que, para determinar sua verdade ou falsidade, devemos compará-la com a realidade.¹⁶ Sem confrontar a proposição com a realidade, pode-se determinar a possibilidade do fato, mas não sua existência enquanto fato real.¹⁷ Daí a conclusão de Wittgenstein, “Não é possível reconhecer, a partir da figuração tão-somente, se ela é verdadeira ou falsa. Uma figuração verdadeira *a priori* não existe”.¹⁸

III As *Investigações filosóficas* e o caráter público dos jogos de linguagem

Wittgenstein foi levado a mudar radicalmente suas concepções a respeito da linguagem, da relação entre a linguagem e o mundo e, conseqüentemente, como pretendemos investigar, a respeito da ética. A mudança de seu modo de pensar foi tão profunda, a ponto de não ser possível falar de uma continuidade, de um desenvolvimento linear. Mais preciso seria dizer que se tratou de uma ruptura.¹⁹ Por este motivo, a partir deste momento, trataremos as

¹⁴ Idem, 2.224.

¹⁵ Idem, 2.221.

¹⁶ Idem, 2.223.

¹⁷ Idem, 3.13.

¹⁸ Idem, 2.224-5.

¹⁹ Isto não significa que a sua problemática tenha mudado. Nas palavras de M. Oliveira (*Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*).

posições desenvolvidas no *Tractatus* fazendo alusão ao 'Primeiro Wittgenstein', e quando quisermos nos referir àquelas idéias condensadas, sobretudo, nas *Investigações filosóficas* falaremos do 'Segundo Wittgenstein'.²⁰ O próprio Wittgenstein parece aprovar tal divisão, uma vez que na introdução das *Investigações filosóficas* estabelece que seus novos pensamentos só poderiam ser 'verdadeiramente compreendidos', levando-se em consideração a sua oposição com seu modo antigo de pensar e tendo-o como pano de fundo.²¹

A seção das *Investigações filosóficas* que vai dos aforismos 243 ao 271, especialmente do aforismo 256 em diante, encerra o que se chama comumente "O argumento da linguagem privada". Em linhas gerais, a idéia é: uma linguagem que, em princípio, seria passível de ser compreendida apenas pelo seu próprio originador e por ninguém mais, é impossível. Tal argumento ocupa um lugar central na obra, e, para poder compreendê-lo adequadamente, e conseqüentemente nos habilitar a iniciar nossa tentativa de extrair suas conseqüências para a ética (que é o objetivo principal da dissertação), é preciso que entendamos a nova noção de linguagem desenvolvida no livro.

Wittgenstein começa o livro fazendo uma longa citação de Agostinho a respeito da linguagem. Seu objetivo é nos fornecer uma "determinada imagem da essência da linguagem humana".²² Tal imagem é representativa de toda a concepção ocidental a respeito

nea, p. 117): "... a problemática permanece a mesma. No entanto, a perspectiva segundo a qual essa problemática é considerada muda radicalmente...".

²⁰ Esta categorização de Primeiro e Segundo Wittgenstein não capta todas as nuances do seu desenvolvimento filosófico, mas para os propósitos deste artigo será suficiente. Para uma categorização mais detalhada ver Hintikka, M; Hintikka, J. *Uma investigação sobre Wittgenstein*.

²¹ Wittgenstein, L. *Investigações filosóficas*, p. 8.

²² Idem, p. 9.

da linguagem, que culmina com as visões do próprio Wittgenstein, como estão apresentadas no *Tractatus*. Em linhas gerais, tal visão da linguagem se baseia na idéia de que as palavras designam objetos, que o significado da palavra é o objeto que ela substitui. Não nos deteremos de maneira mais detalhada à explicitação desta maneira de compreender a linguagem, pois uma vez que, já apresentamos acima a concepção do primeiro Wittgenstein, passaremos direto para a crítica do segundo Wittgenstein a tal visão.

Para alcançar nossos propósitos neste texto, nos deteremos em dois aspectos da crítica a esta concepção tradicional de linguagem. A primeira crítica, dirige-se ao fato de que tal imagem da linguagem, que a resume a seu aspecto meramente designativo, é uma imagem muito limitada. Não sendo portanto, capaz de dar conta da abrangência e da multiplicidade das funções da linguagem humana. A argumentação desenvolvida na segunda crítica postula que, além de limitada, esta imagem da linguagem como meramente designativa é uma imagem inadequada. Vejamos mais detalhadamente cada uma destas críticas.

III.1 Crítica à redução da linguagem ao seu caráter meramente designativo

Ao criticar a concepção que identifica a linguagem com seu caráter designativo, Wittgenstein não busca negar que esta seja uma função importante da linguagem. Intenta apenas, chamar atenção para a variedade de outras funções, que impedem ou tornam inadequada a sua redução a seu aspecto designativo apenas.

Wittgenstein não vai negar o caráter designativo da linguagem, mas vai rebelar-se, fortemente, contra o exagero da tradição - posição assumida também no *Tractatus* - de ver na designação a principal e até mesmo a única função da linguagem. Precisamente nisso vai consistir para ele a limitação da

filosofia ocidental da linguagem.²³

Uma vez que a linguagem tem uma série de outras funções que não a designativa, poderíamos nos perguntar que outras espécies de frases existem. Wittgenstein, se coloca esta questão²⁴ e, antes mesmo de respondê-la, postula que a variedade das espécies de frases não é nada de fixo ou definitivo. Em seguida, nos oferece uma lista de tipos diferentes de frases, como por exemplo; comandar, relatar, representar, conjecturar, agradecer, maldizer, saudar e etc. Dito isto, declara, não sem um toque de ironia:

É interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e seus modos de emprego, à multiplicidade das espécies de palavras e frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem. (E também o autor do *Tractatus Logico-philosophicus*).²⁵

Reduzir a significação de uma palavra à sua capacidade de designar um objeto, como fez toda a tradição ocidental até o *Tractatus*, é, portanto, um erro crasso. Segundo Wittgenstein, seria como olhar para as várias alavancas na cabine de um maquinista de trem e pensar que, por terem uma forma parecida, têm a mesma função.²⁶ Mas, assim como as alavancas têm funções muito diferentes, as palavras desempenham papéis muito variados na linguagem, não servindo apenas para designar objetos.

Neste momento uma objeção poderia ser levantada: seguindo a linha argumentativa do primeiro Wittgenstein poderia se objetar que, apesar de existirem outros tipos de sentenças, que não as descritivas, é possível através da análise da linguagem, reduzir todas elas a uma sentença atômica que seria, por sua, vez descritiva.

²³ Oliveira, M. A. de. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*, p. 119-120.

²⁴ Wittgenstein, L. *Investigações filosóficas*, p. §23. Citado de acordo com a numeração wittgensteiniana dos parágrafos

²⁵ Idem, § 23.

²⁶ Idem, § 12.

A refutação do segundo Wittgenstein a esta objeção nos esclarecerá sua nova concepção acerca da linguagem. Imaginemos que em uma determinada língua não existisse nome para designar cores isoladas, mas apenas para combinações de cores, a um retângulo metade vermelho e metade azul, por exemplo, chamariam "V". Comparando com outra língua, como a nossa, por exemplo, que tem um nome para cada cor, poderíamos ser levados a crer que uma análise da palavra "V" seria possível e até mesmo necessária para se estabelecer o significado da proposição na qual ela aparece. Mas, "Em que medida os signos desse jogo de linguagem precisariam de uma análise?"²⁷ As duas formas de conceber a unidade mínima de designação das cores são válidas e incomensuráveis, irreduzíveis uma a outra. O que está em jogo aqui é uma nova concepção de linguagem, conseqüentemente um novo método filosófico de análise.

A linguagem não é mais considerada tomando como base a forma lógica da proposição, a partir da qual se determina sua relação com o real, isto é, sua verdade ou falsidade. Podemos dizer que, até certo ponto, nas *Investigações* a noção de linguagem se dissolve, pulveriza-se em uma multiplicidade de 'jogos de linguagem', que se definem como "um todo, consistindo de linguagem e das atividades a que esta está interligada" (§7).²⁸

Assim sendo, as palavras na linguagem têm várias funções, da mesma forma que várias ferramentas em uma caixa também têm funções diversas.²⁹ Tentar reduzir estas várias funções, por meio da análise filosófica, à função descritiva é operar uma limitação grosseira na maneira de se conceber a língua. Assim como, definir todas as ferramentas como servindo para modificar algo,³⁰ não é adequado - uma vez que a trena ou a cola não têm essa função - da mesma forma, restringir a significação das palavras à sua função designativa é

²⁷ Idem, § 64.

²⁸ Souza Filho, D. M. de. *Filosofia, linguagem e comunicação*, p. 31-32.

²⁹ Wittgenstein, L. *Investigações filosóficas*, § 11.

³⁰ Idem, § 14.

ignorar a função de uma série de palavras que não se prestam a tal objetivo.

III.2 Crítica à teoria designativa da linguagem

Entretanto, Wittgenstein não se limita a criticar apenas a abrangência da visão tradicional de linguagem. Estendendo a sua crítica às próprias raízes desta visão, questiona-lhe a pertinência, como teoria capaz de explicar a relação entre a linguagem descritiva e o mundo que ela se propõe a representar. Vimos acima, quando apresentamos a teoria figurativa da linguagem, desenvolvida pelo primeiro Wittgenstein, que a verdade ou falsidade de uma proposição deve ser buscada na sua relação com os fatos que ela descreve. Cada nome deve referir-se a um objeto no mundo para que a proposição, composta de nomes, possa representar os fatos, que são a relação destes objetos. O que se pressupõe aqui, é que a relação entre o nome e o objeto que ele designa seja imediata. Um nome novo seria introduzido na linguagem através do ato de mostrar, de apontar para o objeto a que ele se refere. “Azul é esta cor aqui” e aponta-se para o azul. A esta forma de definição, que se utiliza do ato de mostrar ou apontar para o objeto, para que se saiba a que o nome se refere, chamaremos “definição ostensiva”. A crítica a esta maneira de conceber a relação entre linguagem e mundo, de maneira imediata e direta, é um dos pontos centrais para se compreender a nova visão de Wittgenstein.

III.2.1 A limitação das ‘definições ostensivas’

Primeiramente, mesmo que aceitemos a possibilidade da definição ostensiva, teremos de admitir que, ela não é capaz de introduzir uma série de entidades na linguagem. De que maneira

poderíamos definir ostensivamente coisas não particulares?³¹ Ou a idéia de número? Coisas ausentes? Ou ainda, como apontar para a cidade de Fortaleza? Estes exemplos, nos demonstram a limitação de se conceber, a definição ostensiva como a unidade mais primitiva da linguagem, responsável por estabelecer a ligação entre o nome e o objeto, por ele representado. Isto porque, se dependermos apenas da definição ostensiva, uma série de entidades lingüísticas importantes teriam vedado seu acesso à linguagem significativa.

III.2.2 A impossibilidade das ‘definições ostensivas’ não mediatizadas lingüisticamente

Entretanto, o principal ataque de Wittgenstein não se dirige à limitação das definições ostensivas, mas sim à possibilidade de concebê-las como uma maneira transparente, não-problemática, não mediada, de estabelecimento da relação entre a linguagem e o mundo.

A definição do número dois ‘isto se chama dois’ - enquanto se mostram duas nozes - é perfeitamente exata. - mas, como se pode definir o dois assim? Aquele a que se dará a definição não sabe então, o que se quer chamar com ‘dois’; suporá que você chama de ‘dois’ este grupo de nozes! - pode supor tal coisa; mas talvez não o suponha. Poderia também, inversamente, se eu quiser atribuir a esse grupo de nozes um nome, confundir-lo com um nome para número.³²

O que Wittgenstein aponta aqui, é o fato da definição ostensiva não ser algo imediatamente compreensível. É preciso toda uma compreensão lingüística prévia, para que se entenda a que característica do objeto, a pessoa que aponta algo e pronuncia um nome,

³¹ Hintikka, M.; Hintikka, J. *Uma investigação sobre Wittgenstein*, p. 235.

³² Wittgenstein, L. *Investigações filosóficas*, § 28.

está querendo se referir. Seria preciso um jogo de linguagem, no qual apenas no seu interior faria sentido o ato de apontar algo e pronunciar um nome.³³ Para que compreendêssemos que a pessoa do exemplo, referia-se à uma definição do número 'dois' e não ao conjunto das nozes, seria preciso, por exemplo, que tivéssemos elucidado o conceito de número anteriormente. Por essa razão, há sempre e irremediavelmente, um jogo de linguagem entre os objetos e a representação que deles fazemos, mesmo no caso das definições ostensivas, que toda a tradição (incluindo o primeiro Wittgenstein) considerava o momento no qual a linguagem se ligava à realidade de maneira imediata.

IV. Os jogos de linguagem

Vemos assim que Wittgenstein recorre ao conceito de jogo de linguagem para fundamentar suas principais críticas (tópicos 1 e 2) à concepção tradicional de linguagem. De fato, esta é a categoria central desta segunda fase de seu pensamento. Até aqui, esta categoria foi usada sem a preocupação de conferir-lhe uma definição acurada, apenas apontamos a maneira como este conceito é utilizado pelo segundo Wittgenstein, em alguns momentos da sua prática argumentativa. A escolha desta forma de apresentar o conceito não foi casual, uma vez que o próprio Wittgenstein se nega a definir precisamente, não apenas este, mais todos os demais conceitos das *Investigações filosóficas*. O que fizemos foi mostrar o uso que Wittgenstein faz deste conceito, para desta forma tornar sua significação conhecida. Ora, vimos acima, que Wittgenstein critica fortemente a concepção que vincula o significado da linguagem aos objetos representados por ela. Assim sendo, a maneira de definição de conceitos novos não poderá ser através da análise das proposições, como intuito de encontrar seus constituintes mínimos, que se ligariam diretamente com a realidade, e portanto, nos forneceriam a definição

³³ Idem, § 27.

permanente dos termos em questão. Agora, uma vez que Wittgenstein demonstrou a impossibilidade da definição ostensiva e, por conseguinte, desmanchou a ilusão da relação direta da língua com a realidade, o critério de significação de um conceito ou palavra é modificado. Deixa de ser a sua comparação com a realidade e passa a ser buscado na maneira como esta palavra é usada no interior do jogo de linguagem, ao qual ela pertence. Isto por que, como vimos, mesmo nos casos nos quais a linguagem parece ligar-se mais diretamente à realidade (definição ostensiva) há todo um jogo de linguagem intermediando esta relação. Nas palavras do próprio Wittgenstein: "Pode-se, para uma grande classe de casos de utilização da palavra significação - se não para todos os casos de sua utilização - explicitá-la assim: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem".³⁴

Quando Wittgenstein elege o jogo como analogia para definir a maneira como a linguagem está estruturada, ele está conscientemente chamando a atenção para o fato da linguagem não poder ser definida de maneira unívoca e definitiva. Dada a multiplicidade de maneiras com que podemos utilizar da linguagem, reduzi-la³⁵ apenas à sua função descritiva seria o mesmo que definir jogo como "empurrar coisas, segundo certas regras, numa superfície".³⁶ A limitação desta definição de jogo salta facilmente aos nossos olhos; pois nem tudo que denominamos 'jogo' são jogos de tabuleiro.

Outra semelhança entre os jogos e a linguagem, que torna a analogia entre eles bastante pertinente, é o fato de ambos serem atividades coordenadas por regras. Em diferentes jogos seguem-se diferentes regras. Uma das coisas que Wittgenstein procura acentuar com o termo "jogos de linguagem" é o fato de que, em diferentes contextos, seguem-se diferentes regras, e a partir destas regras de-

³⁴ Idem, § 43.

³⁵ Idem, § 23.

³⁶ Idem, § 3.

ve-se buscar o sentido das expressões lingüísticas.³⁷ Assim como, precisamos saber as regras de um jogo para entender o significado ou a maneira de utilizar uma de suas peças, da mesma forma, para entendermos uma expressão lingüística precisamos saber as regras, que norteiam o seu uso no interior do jogo de linguagem no qual ela está sendo empregada.

Vimos que as expressões lingüísticas estão sempre inseridas em um jogo de linguagem, que sua significação deve ser buscada não em um confronto com a realidade, mas na maneira como são utilizadas no jogo em questão. Vimos também, que o jogo é regulamentado por regras que norteiam a maneira como as palavras são usadas. Isso quer dizer que compreender significados lingüísticos, ou mesmo constituir sentenças significativas, são atividades dependentes do ato de seguir uma regra.

V. O argumento da linguagem privada

Esboçado assim o papel crucial que o conceito de (seguir uma) regra desempenha na filosofia do Segundo Wittgenstein,³⁸ podemos então apresentar o 'Argumento da linguagem Privada'. Serviremos-nos de uma citação um pouco extensa, mas que nos possibilitará extrair os elementos necessários para a compreensão do conceito visado.

Um homem pode encorajar-se a si próprio, dar-se ordens, obedecer-se, consolar-se, castigar-se, colocar-se uma questão e respondê-la. Poder-se-ia, pois, imaginar homens que fa-

³⁷ Oliveira, M. A. de. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*, p. 193.

³⁸ Glock, H.-J. *Dicionário Wittgenstein*, p. 312: "As regras desempenham um papel crucial na filosofia de Wittgenstein, por conta de duas firmes convicções: em primeiro lugar, a linguagem é uma atividade guiada por regras; e, em segundo, o caráter apriorístico da lógica, da matemática e da filosofia provém dessas regras".

lassem apenas por monólogos. Que acompanhassem suas atividades com monólogos. - um pesquisador que os observa e captasse suas falas, talvez conseguisse traduzir sua linguagem para a nossa. (Estaria, com isto, em condição de pre-dizer corretamente as ações dessas pessoas, pois ele as ouviria também manifestar intenções e tirar conclusões.)

Mas seria também pensável uma linguagem na qual alguém pudesse, para uso próprio, anotar ou exprimir suas vivências interiores - seus sentimentos, seus estados de espírito? - não podemos fazer isto em nossa linguagem costumeira? - acho que não. As palavras dessa linguagem devem referir-se àquilo que apenas o falante pode saber; às suas sensações imediatas, privadas. Um outro, pois, não pode compreender esta linguagem.³⁹

Um primeiro elemento que deve ser levado em consideração, é o fato de Wittgenstein não querer referir-se, com este argumento, à possibilidade de uma linguagem fenomenológica falada por apenas uma pessoa. Não é a esta acepção da palavra 'privada' a que refere-se, quando postula a impossibilidade de uma linguagem privada. No primeiro parágrafo da citação acima, são mencionadas várias formas de comunicação que uma pessoa pode estabelecer consigo mesma, ou mesmo, a possibilidade de pessoas que falassem apenas por monólogos, mas o segundo parágrafo inicia com uma oração adversativa, o que indica que não são àqueles exemplos que Wittgenstein quer referir-se quando fala em linguagem privada. Os exemplos de monólogo são apenas uma estratégia argumentativa para que, através do contraste, a sua acepção da palavra 'privado' torne-se mais facilmente percebida.

A linguagem privada à qual ele refere-se seria aquela que apenas o próprio originador poderia compreender, uma vez que ela versaria sobre suas sensações imediatas. Esclarecido o sentido que Wittgenstein dá ao termo 'linguagem privada', vejamos seus argumentos contra a possibilidade de sua existência. Iremos deter-nos

³⁹ Wittgenstein, L. *Investigações filosóficas*, § 243.

em dois argumentos principais; (1) na refutação das sensações imediatas e na (2) impossibilidade da linguagem ser compreensível, em princípio, apenas pelo seu próprio originador.

V.1 A refutação das sensações imediatas

Vimos acima, quando discutimos a crítica do segundo Wittgenstein à noção de definição ostensiva defendida pela tradição, que não é possível uma relação imediata entre um nome e um objeto que ele define. Os jogos de linguagem estão inevitavelmente fazendo a mediação entre o homem e o mundo, mesmo quando esta relação parece ser imediata, como é o caso das definições ostensivas. O que Wittgenstein faz aqui, neste primeiro momento de sua refutação da linguagem privada, é radicalizar esta tese. Ou seja, não apenas não é possível ao homem se referir ao mundo, como também não é possível uma relação do homem com suas próprias sensações fora de um jogo de linguagem público. Isto quer dizer que, inclusive a relação do homem consigo mesmo é mediada pelo jogo de linguagem publicamente construído. A estranheza desta tese dissipa-se ao repararmos que, conseguimos nos comunicar a respeito de sensações privadas como dor, amor, solidão etc. Caso definíssemos estas palavras ostensiva e privadamente não poderíamos nos comunicar por meio delas. Como sabemos que sentimos dor? Como sabemos que estamos apaixonados? Utilizamos critérios de correção para saber se realmente, estamos empregando as palavras com o sentido que elas possuem. Neste sentido, dizer que temos sensações privadas é como dizer que, paciência se joga sozinho.⁴⁰ Há um jogo com uma série de regras estabelecidas, que fazem com que a mediação entre o jogador e as cartas tenha sentido; assim como, é necessário a um jogo de linguagem determinadas regras, para que um sujeito seja capaz de referir-se coerentemente às suas sensações. Veremos abaixo (tópico 2) porque estas regras têm necessari-

⁴⁰ Idem, § 248.

amente que ser públicas, e assim, invalida-se definitivamente a possibilidade de uma linguagem privada.

V.2 A impossibilidade da Linguagem Privada

O pressuposto da linguagem privada é: existem sensações que apenas uma pessoa tem, que são inacessíveis para outras pessoas, por isso esta linguagem não poderia ser compreendida por ninguém mais, sendo intraduzível. Ora, para descrever estas sensações seria preciso valer-se de definições ostensivas privadas, para determinar quais símbolos representariam quais sensações. Isto porque, a linguagem exige regularidade para que possa ser coerente e compreensível, inclusive para seu próprio originador. Esta regularidade depende de regras de correção. Regras são necessariamente públicas, logo, a idéia de linguagem privada se auto-refuta. Veremos com mais detalhes como Wittgenstein segue esta linha de raciocínio.

Vemos assim que, o caráter necessariamente público da regra é o ponto nevrálgico do argumento wittgensteiniano contra a linguagem privada.⁴¹ Wittgenstein utiliza-se do exemplo do diário⁴², para tornar explícito este caráter intrinsecamente público de qualquer regra, ao mesmo tempo, demonstra a impossibilidade de uma linguagem que não seja constituída de regras. Imaginemos que, alguém quer escrever um diário sobre a repetição de uma determinada sensação. Sempre que tem a sensação escreve o signo "S" no diário. Para definir o signo para si mesmo, terá que se valer de uma espécie de definição ostensiva. Sempre que escrever o signo focará sua atenção na sensação, que está querendo descrever, desta forma, grava em si mesmo a ligação entre o signo e a sensação. Gravar

⁴¹ Kripke, S. A. *Wittgenstein On rules and private Language*, p. 3: "In my view, the real 'private language argument' is to be found in the sections preceding § 243". Ou seja, a seção que trata de seguir a regra.

⁴² Wittgenstein, L. *Investigações filosóficas*, § 258.

a ligação em si mesmo significa apenas ser capaz de, no futuro, recordar corretamente esta ligação entre o signo e a sensação, mas esta pessoa não terá nenhum critério de correção. A ligação entre o signo e a sensação estará correta sempre que assim parecer-lhe. Em outras palavras, isto significa que, neste tipo de linguagem não se pode falar de 'correto'. A justificação para a atribuição da sensação ao signo deverá ser sempre subjetiva. Neste caso, não seria adequado falar em justificação, uma vez que justificação pressupõe apelo a uma instância independente⁴³. As palavras de Wittgenstein não deixam dúvidas a respeito desta impossibilidade de se seguir uma regra – logo, de se falar uma linguagem – privadamente:

Eis porque 'seguir a regra' é uma *práxis*. E *acreditar* seguir a regra não é seguir a regra. E daí não podermos seguir a regra 'privadamente'; porque, senão, acreditar seguir a regra seria o mesmo que seguir a regra.⁴⁴

VI. Conclusão

Fica evidente, por meio desta explanação, o quão profícuo é tomar a díade "público"/"privado" como fio condutor para o estudo do desenvolvimento filosófico de Wittgenstein. Vimos de que maneira, partindo de uma crença na relação imediata entre os nomes e os objetos por eles designados e as proposições e os fatos por elas representados, Wittgenstein mudou sua filosofia em direção a uma visão da linguagem como uma atividade necessariamente pública. Tal concepção é marcada pelo abandono da crença nas definições ostensivas e a introdução de conceitos como 'jogo de linguagem', 'seguir a regra' e a recusa da possibilidade de uma 'linguagem privada'.

⁴³ Idem, §265.

⁴⁴ Idem, §202.

Bibliografia

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Lógico-Philosophicus*. São Paulo: EDUSP, 2001.

PINTO, Paulo Roberto Margutti. *Iniciação ao silêncio*. Análise do *Tractatus* de Wittgenstein. São Paulo: Loyola, 1998.

SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. A essência da proposição e a essência do mundo. In: *Tractatus Lógico-Philosophicus*. São Paulo, EDUSP, 2001.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Loyola, 1996.

HINTIKKA, Merrill; HINTIKKA, Jaakko. *Uma investigação sobre Wittgenstein*. São Paulo: Papirus, 1994.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril cultural, 1984.

SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000.

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

KRIPKE, S. A. *Wittgenstein On rules and private Language*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.